

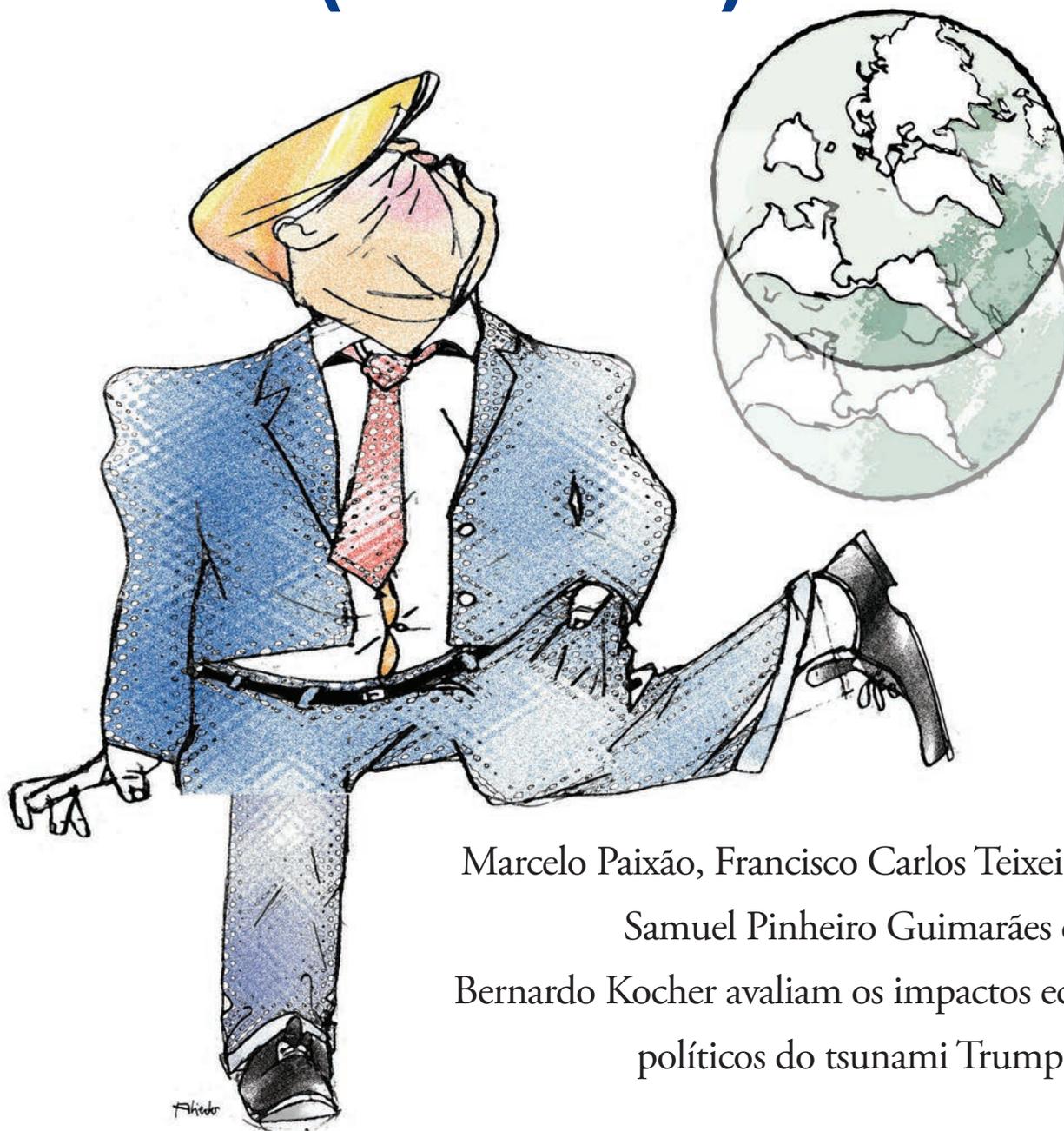
JE

Jornal dos Economistas

Nº 330 Janeiro de 2017

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

O mundo (e o Brasil) sob Trump



Marcelo Paixão, Francisco Carlos Teixeira Da Silva,
Samuel Pinheiro Guimarães e
Bernardo Kocher avaliam os impactos econômicos e
políticos do tsunami Trump

Artigo do Fórum sintetiza o conteúdo do debate “E agora, Democracia?”

O mundo (e o Brasil) sob Trump

Esta edição pretende analisar os impactos na economia, política e sociedade do mundo e Brasil de Donald Trump, que assume a presidência dos EUA em janeiro.

O bloco temático começa com artigo de Marcelo Paixão, da Universidade do Texas, que acredita que Trump pode rever o NAFTA, o TPP e as negociações com a China, mas é cético quanto à sua capacidade de impor às empresas dos EUA mudanças em suas estratégias de investimentos. O possível cenário de elevação dos juros nos EUA no governo Trump pode causar uma desvalorização da moeda brasileira e complicações no nosso saldo de Transações Correntes, motivando o BC a elevar a taxa Selic, com impactos negativos no endividamento público e nível de atividade econômica.

Francisco Carlos Teixeira Da Silva, da ECEME, avalia em artigo que Trump, desconhecedor de relações internacionais, história e ciência política e da “finesse” diplomática – mas atento às bravatas de militares afastados por Clinton e Obama ou desmoralizados pelas derrotas da administração Bush (júnior) – pode causar turbulência e crises no sistema mundial de equilíbrio de poder.

Em entrevista exclusiva, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, intelectual nacionalista respeitado que ocupou posições-chave no governo Lula, fala sobre Trump, integração da América Latina e economia e política brasileiras.

Bernardo Kocher, da UFF, afirma em artigo que é difícil prever como será o governo Trump, tanto política quanto economicamente. Apesar do discurso xenófobo, isolacionista e de despolitização da política, o pragmatismo será a forma concreta de implementação de um novo e diferenciado governo americano.

Fora do bloco temático, o artigo do Fórum sintetiza o conteúdo do debate “E agora, Democracia?”, realizado em dezembro no Corecon-RJ, no qual os palestrantes apontaram que há um fortalecimento do discurso de criminalização da política, ao tentar enxergá-la apenas através da esfera da moral.

Sumário

Trump	3
<i>Marcelo Paixão</i>	
E agora, Donald? A nova era Trump e as incertezas para o mundo e o Brasil	
Trump	6
<i>Francisco Carlos Teixeira Da Silva</i>	
Trump e a ordem mundial	
Entrevista: Samuel Pinheiro Guimarães	8
“Em 2018, o presidente Lula vai ganhar as eleições.”	
Trump	11
<i>Bernardo Kocher</i>	
Donald Trump: um governo sem rumo definido	
Fórum Popular do Orçamento	13
E agora, Democracia?	
Após 100% de aprovação em 2016, curso preparatório da Anpec inicia nova turma em 17 de janeiro	
	16
Atualize seu cadastro no Corecon-RJ	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascoutto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitiz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

E agora, Donald? A nova era Trump e as incertezas para o mundo e o Brasil

Marcelo Paixão*

Introdução

A recente vitória de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos parece sinalizar um novo redirecionamento da ordem internacional, reorientando-a para políticas protecionistas e contrárias aos preceitos neoliberais que apregoam a liberdade comercial e do movimento dos fluxos de capital. Contudo, baseada em uma retórica populista e xenófoba, a agenda do então candidato a presidente deixava pouca margem a dúvidas sobre seu alinhamento ideológico, fundamentalmente conservador e de direita.

O que torna impressionante a meteórica ascensão de Trump na cena política dos Estados Unidos diz respeito ao fato de seu discurso ser em parte contrário a alguns dos interesses das elites políticas e empresariais de seu próprio partido, o Republicano. Desta forma, desde as primárias, o então pré-candidato vinha surpreendendo, não apenas por sua retórica agressiva contra os imigrantes, latinos, mulheres e minorias, mas, igualmente, por se revelar fortemente contrário a acordos comerciais com o México e a China. Assim, de acordo com sua agenda, os Estados Unidos deveriam rever, ou simplesmente cancelar, os vários acordos comerciais: o NAFTA (Acordo Comercial de Livre Comércio da América do Norte) iniciado em 1995, o Tratado Transpacífico (TPP) de 2015 e as negociações com a China.

Decerto, o conjunto de propostas de Trump para a economia dos Estados Unidos não foge tanto ao receituário das elites industriais e financeiras daquele país – fundamentalmente, a volta da desregulamentação do mercado financeiro, redução dos impostos, fim do *Obamacare* e fim das restrições às indústrias produtoras de energia “suja”, como o carvão e o petróleo. De qualquer sorte, o fato de um presidente norte-americano defender a revisão de acordos de livre comércio já estabelecidos há décadas não deixa de ser uma inflexão em relação a um importante aspecto das políticas pró-livre mercado, fundamentalmente defendidas tanto por grandes empresas, como por políticos republicanos e democratas.

2. Transformações de curto e longo prazo

O último ano do governo Obama, entre outros aspectos, se caracterizou pela recuperação da economia norte-americana (crescimento do PIB de 15% entre 2009 e 2015. No governo de George W. Bush este percentual foi de 8%) e pela redução na taxa de desemprego, de 10% para 5%. Mesmo estes avanços não nos permitem dizer que a economia dos Estados Unidos tenha se recuperado plenamente da crise de 2008. Não somente a taxa média de crescimento econômico foi relativamente baixa, como indicadores importantes (por exemplo, o número de trabalhadores subempregados e a desigualdade de rendi-

mento) tiveram um desempenho fraco durante aquele período.

No ano de 2014, os 0,1% dos domicílios mais ricos se apropriavam de 22% da riqueza total daquele país. À guisa de exemplo, em 1979, este percentual era de 7%. O número de trabalhadores não voluntários labutando em tempo parcial em 2015 se manteve fundamentalmente nos mesmos patamares anteriores à crise, na casa dos 18%.

Estes indicadores do mercado de trabalho ilustram as transições recentes que a economia e a sociedade dos Estados Unidos viveram nos últimos 30 anos. Para além da avaliação específica que se possa fazer da *performance* dos sucessivos mandatos presidenciais, o fato é que a sociedade estadunidense, por razões estruturais, veio se afastando progressivamente de seu sonho americano (*American dream*).

Desde o começo do século 20, os Estados Unidos lograram associar um modelo de acumulação baseado na convergência entre a produção e o consumo de massa. Antonio Gramsci classificaria este modelo de fordismo. Ou seja, para além da mera linha de montagem, este padrão envolveria um tipo de hegemonia que nasceria das fábricas.

Para além da sua dimensão propriamente econômica, o modelo fordista se estruturou em um modo tipicamente sexista em termos das formas de organização familiar (arranjo nuclear com um homem no comando) e na segregação legal (no Sul-Sudeste) ou paralegal (no resto do país) dos



afro-americanos. Este conjunto de fatores deve ser levado em consideração se quisermos compreender fenômenos como a eleição de Trump e a constituição em 2010 do *Tea Party*.

Desde os anos 1960, as técnicas fordistas de organização do trabalho já denotavam ter iniciado seu longo processo de esgotamento. A forma de produção padronizada e uniforme, viabilizada economicamente através de ganhos de escala, começou a perder fôlego, seja pela via da redução das margens dos lucros das maiores empresas dentro do modelo da automação rígida, seja pelo aumento da competição intercapitalista em diferentes mercados. Com isto nascia a necessidade de um novo modo de organização da produção de tipo flexível, baseada no princípio da economia de escopo. O antigo operário padrão do mundo fordista – homem, branco, individualista e de educação elementar – começava a se tornar obsoleto diante das novas necessidades do

processo da acumulação.

No plano político, social e cultural, desde os anos 1950 e 1960, a luta dos negros pelos direitos civis e políticos, assim como a das mulheres (e posteriormente dos grupos LBGT) pela igualdade de gênero seriam importantes passos no sentido da incorporação destes grupos na sociedade.

Outros acontecimentos vieram paulatinamente contribuindo para o aumento da desigualdade social: redução das políticas de bem-estar social (especialmente a redução do escopo e do tempo de cobertura do seguro-desemprego), a abertura comercial, o deslocamento territorial das maiores empresas para o México e o Pacífico asiático e a financeirização da economia.

As políticas neoliberais, o constante avanço da fronteira tecnológica e a “walmartização” do mercado de trabalho acarretaram uma forte fragmentação da população trabalhadora. Em 2014, o peso relativo dos trabalhadores urbanos sindicalizados era inferior a

10%, contra quase 25% em meados da década de 1950.

Mesmo sem terem sido os principais afetados, este conjunto de mudanças comprometeu uma aliança histórica entre as classes médias brancas e as elites financeiras e industriais, convergência esta que vinha se mantendo razoavelmente coesa ao menos desde o final da Segunda Guerra.

A eleição de Obama em 2008 e em 2012 dependeu fundamentalmente do voto das minorias (negros, latinos, asiáticos) e da população branca de maior escolaridade, especialmente das mulheres. Se dependesse apenas do voto do eleitorado masculino e branco, Obama teria sido derrotado em ambos os pleitos. No ano de 2016, Hilary Clinton não teve a mesma capacidade de enfrentamento do campo conservador. Acabou derrotada nas eleições recentes.

3. E o Brasil?

Com maioria na Câmara, Senado e Suprema Corte, aparentemente Trump não deverá ter muitas dificuldades para aprovar grande parte da sua agenda. Contudo, tal como costuma ocorrer com qualquer político com um discurso populista, nem sempre é simples identificar exatamente quais pontos do programa político de Trump serão para valer.

A partir do que foi o governo de George W. Bush, podemos imaginar que as políticas econômicas de Trump levarão a um crescimento do déficit público (especialmente pelo corte de impostos e pelo aumento do gasto militar), a um novo ciclo de desregulamentação do mercado financeiro, ao fim das restrições às matrizes fósseis e à extinção do *Obamacare*. O retorno a políticas que ampliem o déficit público pela via da redução da carga fiscal aos mais ricos e que reduzam os já frágeis mecanismos de controle do sistema financei-

ro poderá ter um efeito catastrófico para a já comalida economia dos Estados Unidos e do mundo. Porém, nem sempre tais efeitos se manifestam de forma tão imediata. O novo ambiente político poderá significar maior otimismo por parte de empresários e famílias para investimentos e endividamentos cujos descaminhos seriam sentidos somente em um prazo mais dilatado.

Assim, ao menos em seus dois primeiros anos de mandato, o governo Trump poderá ocasionar um crescimento econômico em ritmo mais acelerado do que o governo anterior. Tal efeito poderá levar à adoção de uma política monetária contracionista por parte do *Federal Reserve* norte-americano. Juros mais altos nos Estados Unidos poderão representar um duplo risco para a economia brasileira.

A elevação muito possivelmente se traduzirá em um movimento de desvalorização do câmbio. Se tal fenômeno pode ser positivo por aumentar a competitividade de nosso parque produtivo, na contramão, pode representar riscos para as empresas brasileiras



com passivo em moeda estrangeira (o atual é próximo a US\$ 300 bilhões). Podem também representar perda de investimentos no país, especialmente para aquisição de títulos da dívida pública brasileira. Se por um lado, nossos juros internos superiores a 13% são elevados o suficiente para garantirem ampla atratividade ao investidor estrangeiro, por outro, as dificuldades de nossa própria economia em um prazo mais dilatado podem nos expor a situações já conhecidas de complicações no saldo de Transações Correntes, ou mesmo, no limite, à exposição a um ataque especulativo.

Outra simulação possível seria a introdução das ações do próprio Banco Central do Brasil diante deste novo cenário. Câmbio desvalorizado implica custos mais altos e, com isto, aumento da inflação. Já caracterizada por sua visão fortemente conservadora, nossa autoridade monetária poderá recorrer ao aumento das taxas de juros visando o controle dos preços, com isto gerando aumento do endividamento público e redução do nível de atividade econômica.

No plano dos acordos comerciais, o Brasil não se encontra na mesma posição do que a China e o México, parceiros comerciais com forte integração à economia norte-americana. Em momento algum, a retórica de Trump nas eleições mencionou o Brasil como nocivo aos interesses econômicos daquele país. Contudo, vale a pena prestarmos atenção para os eventuais efeitos indiretos de um conflito comercial entre as duas principais economias do mundo, China e Estados Unidos, que são nossos dois principais parceiros comerciais.

Sem embargo, me revelo cético quanto à efetiva capacidade

de de Trump de impor às empresas de seu próprio país mudanças em termos de sua estratégia de investimentos. Uma das características do tempo atual reside justamente na redução da capacidade de intervenção dos governos de todo mundo diante de empresas transnacionais, progressivamente autônomas do Estado Nacional. Por mais que a retórica agressiva de um político, ao seu modo carismático, de direita seja capaz de galvanizar o apoio de multidões, mais complicada será sua efetiva capacidade de se impor às gigantes do comércio mundial. A esquerda de todo o mundo, uma vez no poder, veio sendo progressivamente adestrada neste choque de realidade. Neste específico plano, talvez ocorra que cedo ou tarde Trump seja também apresentado a este mesmo limite.

4. Um complicado futuro

Para além de seu aspecto mais propriamente econômico, é importante prestarmos atenção para o sinal que a recente eleição de Trump aponta igualmente em seu plano sociopolítico.

Trump conseguiu mobilizar amplos segmentos da sociedade norte-americana com seu lema *make America great again* (faça a América poderosa de novo). O “mais uma vez” tem um significado que não deixa margens para dúvidas. Fazer o relógio da história recuar a um tempo no qual o emprego industrial era não somente abundante, mas, fundamentalmente, exercido por homens e brancos, no qual negros e mulheres não tinham capacidade de impor sua agenda. Tal apelo, ao mesmo tempo de simples entendimento pelas plateias mais conservadoras e menos escolarizadas, te-

ve forte acolhida, inclusive junto à classe trabalhadora dos Estados industriais decadentes do chamado Cinturão da Ferrugem (*Rust Belt*) – Illinois, Virgínia Ocidental, Michigan, Ohio, Indiana e Pensilvânia, tradicionalmente seguidores dos Democratas.

Recuperando o cenário dos anos 1930, podemos dizer que os regimes duros vigentes naqueles idos foram bem-sucedidos no sentido do enfrentamento da crise econômica. Isto, todavia, na exata dimensão em que foram trágicos em suas dimensões geopolíticas, políticas e sociais. Não é o caso de se comparar ou associar em linha direta ambos os momentos. Entretanto, parece razoável supor que neste período que o planeta atravessa, o aspecto econômico seja tão somente um dos que estão em discussão.

O fato é que o atual presidente norte-americano foi apoiado expressamente pelas principais lideranças da Klu Klux Klan. O número de *Patriot Groups*, organizações de extrema direita com mensagens contra o Estado e as políticas socioeconômicas – vários deles com discurso racista, sexista e de retórica beligerante – cresceu desde que Obama foi eleito. Estima-se que há 874 destes grupos no país.

Seria minimizar o problema se restringíssemos o assunto ao que ocorre nos Estados Unidos. A vitória do Brexit na Grã-Bretanha, as chances de vitória de Marine Le Pen na França, o crescimento da extrema direita por toda a Europa, o golpe de Estado no Brasil e o aumento das tensões políticas e sociais na América Latina (especialmente a do Sul) sinalizam um mundo mais intolerante, xenóforo e contrário a uma agenda que, de resto, deveria ser considerada

universal como a dos direitos humanos, proteção ao meio ambiente e aos grupos vulneráveis e discriminados.

Todo este conjunto de ameaças expressa o mesmo movimento de fundo. A nova ordem econômica mundial se caracteriza pelo progressivo aumento das desigualdades sociais, com derivações geográficas, de gênero e étnico-raciais. Este movimento se traduz em crescentes conflitos políticos no interior de cada país, nos causando o temor de que mais adiante possa se manifestar também entre nações. Seria impossível que tais tensões não se expressassem no plano político e institucional. Usando o caso brasileiro recente como exemplo, sabemos que expressões como a de que o sistema democrático pode estar em risco não soam mais como meras figuras de retórica.

Segundo a clássica expressão de David Ricardo, o fundamento da ciência econômica é o estudo das dinâmicas da repartição dos frutos do crescimento. Por outro lado, o sistema capitalista, em sua nova fase globalizada e interconectada, vem alimentando a velha chama do conflito distributivo, processo já tão bem conhecido desde os fundadores deste campo do conhecimento. Portanto, diante de um cenário tão complexo e aterrador como este que ora se inicia a partir da eleição de Trump, só nos resta adaptar a célebre expressão de James Carville, antigo assessor de Bill Clinton. Assim, recomenda-se aos que tentam entender o que se passa hoje em dia a seguinte chave de leitura:

É a Economia Política, estúpido!

* É professor da Universidade do Texas, Austin. Texto escrito em memória do saudoso professor José Ricardo Tauile, que nos deixou há dez anos.

Trump e a ordem mundial

Francisco Carlos Teixeira Da Silva*

No auge da Guerra Fria (1945-1991), as grandes potências – Estados Unidos, União Soviética e a então misteriosa e fechada China Popular – chegaram a um entendimento “tácito”, nada acordado numa mesa ou na ONU, simplesmente protocolos para evitar uma hecatombe nuclear, como poderia ter acontecido em Cuba em outubro de 1962. Manteve-se a aguda rivalidade entre as grandes potências, mas foram reduzidos os riscos da guerra nuclear.

A sombra da Guerra do Vietnã (1965-1975) era, então, fortemente presente. De um lado, o horror do povo americano em face das cenas de crueldade derivadas da guerra e a chegada maci-

ça dos *black bags* com os corpos dos “garotos” mortos na selva da Indochina. Por outro lado, Washington, Moscou e Beijing tornaram-se agudamente conscientes do risco de um erro, de perda de controle ou de um mero acidente desencadear a última guerra da humanidade. Assim, sem desistir da intensa luta pela supremacia mundial, as grandes potências acordaram criar mecanismos, instituições e fórmulas para evitar “... um lapso momentâneo da razão”.

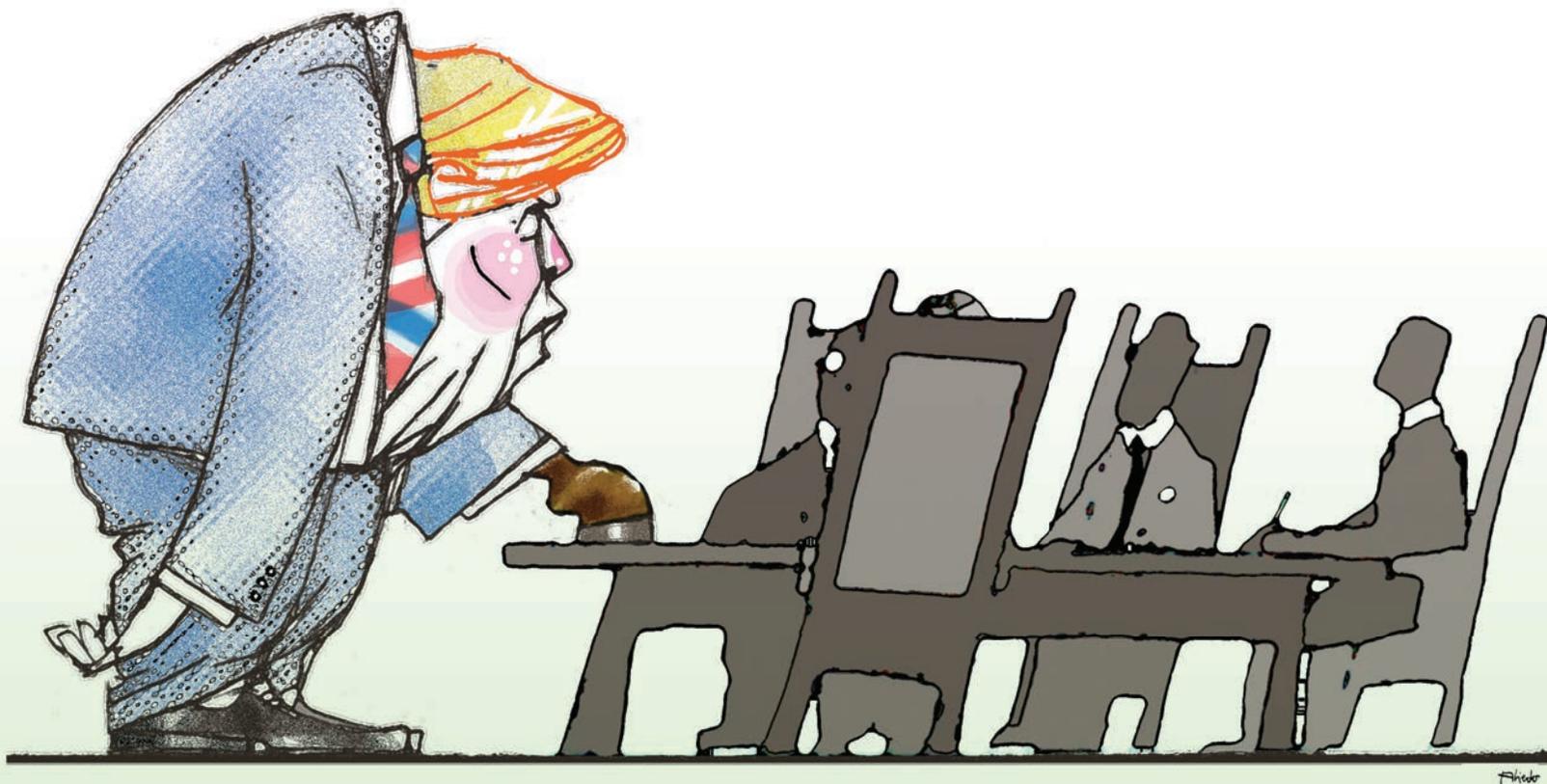
O fim da Guerra Fria, com a desintegração da União Soviética em 1991, concomitante à tentativa de domínio mundial dos Estados Unidos, ao lado da incontornável ascensão da China Popular, acarretou adaptações e comple-

mentações a este sistema precário de manutenção da paz. Depois de 1991 pode-se dizer que, desde então, temos um “sistema”, que bem ou mal – e em casos como o Afeganistão, Síria, Líbia, Somália entre outros foi bastante mal – funciona ao evitar um choque entre grandes potências. Guerras híbridas ou por procuração substituíram a possibilidade de choque direto. O sistema, com tais ressalvas, mantém-se em funcionamento. Ao menos se temos em vista que o objetivo maior é evitar uma guerra nuclear global.

Num mundo armado com cerca de 8.500 ogivas nucleares russas, 7.700 norte-americanas, enquanto a China Popular possui entre 270 e 432 ogivas nucleares, outras 298 ogivas francesas,

mais 225 britânicas, as possíveis 75 ogivas israelenses (alguns falam em até 400), juntando-se as 90 até 110 indianas e as 110-120 ogivas paquistanesas – sem falar no mistério e blefe constantes da Coreia do Norte, com possíveis 20 armas (mas, sem um sistema de vetores que seja seguro para atingir alvos determinados) – temos que admitir que o sistema de “paz armada”, com os corolários de dissuasão mútua e risco de destruição mútua assegurada foram elementos – não os ideais, é claro – eficazes de garantia de paz.

Este sistema mundial, depois de 1991, equilibrou-se sobre alguns elementos-chave, que foram respeitados, até o momento, por todas as nações relevantes (no sis-



tema de poder mundial) e para a manutenção da paz e na dissuasão de uma hecatombe nuclear global. Assim, são pilares que sustentam precariamente o atual equilíbrio mundial:

A política, estabelecida desde Henry Kissinger, durante a Administração de Richard Nixon (1969-1974), de “uma só Nação chinesa e dois Estados”, com o acordo que a busca por parte de Beijing da unificação nacional é justa e deve ser feita através de meios pacíficos. Tal política permitiu o acesso de Beijing ao Conselho de Segurança da ONU e a abertura comercial da China, que a tornou um dos pilares do equilíbrio e da prosperidade mundial;

A plena confiança dos países da Europa Ocidental, e depois de 1991 dos ex-membros do Pacto de Varsóvia, então dirigido por Moscou, na validade do Artigo 5 da OTAN, pelo qual os Estados Unidos seriam garantes da integridade dos países europeus em caso de uma “agressão russa”;

Pacto de Segurança e Assistência Mútua entre o Japão e os Estados Unidos, assinado em 1951, em plena recuperação industrial e tecnológica nipônica, que estendeu o “Guarda-Chuva Nuclear” americano sobre as ilhas nipônicas e, por esta via, assegurou que Tóquio não desenvolve um arsenal nuclear próprio, capaz de desafiar e subverter o equilíbrio militar na Ásia-Pacífico;

A extensão do Tratado de Não Proliferação Nuclear, TNP, ao conjunto dos países, impedindo não só a proliferação nuclear em escala mundial, mas ainda, evitando que armas de destruição em massa passassem para mãos de estados “irresponsáveis” ou mesmo, como em tantos ro-

teiros hollywoodianos, caíssem em mãos de organizações terroristas. Nem sempre aceito, como nos casos que veremos abaixo, mas suficientemente forte para impedir que países como a Alemanha e Japão, como também Brasil, Argentina, África do Sul, Turquia – todos com capacidade nuclear – desenvolvessem arsenais nucleares, tornando o mundo ainda mais complicado – e, claro, garantindo a tutela das potências atômicas;

O apadrinhamento pelos Estados Unidos (e agora pela China Popular) de um Paquistão nuclear – um dos “furos” do TNP – assegurando através de ajuda e cooperação econômica que o país não seja ameaçado em sua existência pela Índia; da mesma forma, o apadrinhamento desta pela então URSS, e hoje pelos mesmos Estados Unidos, e aceitando sua transformação em uma potência nuclear relevante, mas cooperando e ajudando Délhi e Islamabad a evitarem um conflito nuclear que, imediatamente, transformar-se-ia no maior desastre humanitário da história. Assim, um equilíbrio entre Índia e Paquistão tornar-se-ia um dos pilares do sistema mundial de poder;

A garantia da segurança do Estado de Israel, através de programas constantes de ajuda militar e de cooperação estratégica (e uso do veto no Conselho de Segurança da ONU), embora ressaltando a necessidade de Jerusalém manter-se como uma cidade dividida, com sua porção palestina, e a criação de um (mini) Estado Palestino minimamente viável (contra a colonização de territórios palestinos), sem ser, contudo, uma ameaça futura a Israel.

Vemos, assim, que tais “pilares” são estratégicos e, ao mesmo tempo, bastante instáveis. Qualquer alteração não negociada ou a ascensão de novas potências, mesmo regionais, não comprometidas com tal agenda, como no caso do Irã e da Coreia do Norte (e muito provavelmente no caso do Brasil e da Turquia, alvos de “desconstrução” interna visando manter ambos abaixo da linha da relevância no cenário mundial) seria um passo para a crise do sistema global.

A eleição de Donald Trump, um notável *outsider*, desconhecido do ambiente acadêmico de relações internacionais, de história e ciência política, além de totalmente estranho ao mundo da “finesse” diplomática – mas atento às bravatas de militares afastados pelas administrações Clinton e Obama e/ou desmoralizados pelas derrotas da administração Bush (júnior) – emerge como um período de turbulência e de possíveis crises do sistema mundial de equilíbrio de poder.

É bem verdade que o sistema mundial já estava em crise à revelia das idiosincrasias de Trump. O “excedente de poder” nas mãos de Washington, aliado e decorrente da derrota da URSS na Guerra Fria, permitiu uma busca pouco racional, por parte de Washington, de uma improvável hegemonia mundial. Assim, a multiplicação de guerras localizadas (Afeganistão, Iraque, Síria, Somália, Iêmen, entre outras) permitiu e fomentou um terrível radicalismo dito “jihadista”, com resultados dramáticos nos diversos atentados terroristas. Algumas nações, como a Coreia do Norte e Irã, sentiram-se na obrigação de buscar armas de destruição em mas-

sa como “equalizadores de poder” frente à ameaça estadunidense; enquanto isso, outros, como a nova Federação Russa ou a China Popular, se viram “cercados” pelos Estados Unidos e a seu braço armado, a OTAN. Assim, a algidez dos conflitos atuais – Ucrânia, Síria, Coreia do Norte e a tensão crescente no Mar do Sul da China – é o exato resultado da busca de Washington por manter sua supremacia mundial – ameaçada pela emergência de novas potências, pela continuidade da crise econômica mundial e pelo envelhecimento do parque industrial americano.

O Programa de Trump, *America First*, é o remédio geral, ou talvez um placebo, para todos estes desafios. No entanto, ao buscar e confundir estratégia e tática – como na tentativa de chantagear Beijing no plano comercial com a ameaça de reconhecer Taiwan como um país de pleno direito, a ameaça de romper os acordos com o Irã, de mudar a embaixada americana de Tel Aviv para Jerusalém e, por fim, desdenhar do Artigo 5 do Pacto do Atlântico – plantou a semente da confusão e da balbúrdia no sistema mundial.

Claro, é sabido como é firme e conservador o *establishment* político de Washington e os *lobbies* militares, energéticos e de serviços dos Estados Unidos. Seriam capazes de “domesticar” Trump? Este é um grande desafio para o sistema de poder e a forma de governo dos Estados Unidos. Qual o alcance de tal desafio só saberemos nos cem dias depois de 20 de janeiro de 2017.

* É professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Brasil (ECEME).

“Em 2018, o presidente Lula vai ganhar as eleições.”

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto ocupou posições-chave no governo Lula: secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores de janeiro de 2003 a outubro de 2009; e ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) de outubro de 2009 a dezembro de 2010. Na administração Dilma, foi designado Alto-Representante Geral do Mercosul, cargo que exerceu de janeiro de 2011 a junho de 2012. Intellectual respeitado e conhecido pelas suas visões nacionalistas e desenvolvimentistas, publicou vários livros, como *Quinhentos anos de periferia* (UFRGS/Contraponto, 1999) e *Desafios brasileiros na era dos gigantes* (Contraponto, 2006). Neste entrevista exclusiva ao JE, falou sobre Trump, integração da América Latina e economia e política brasileiras.

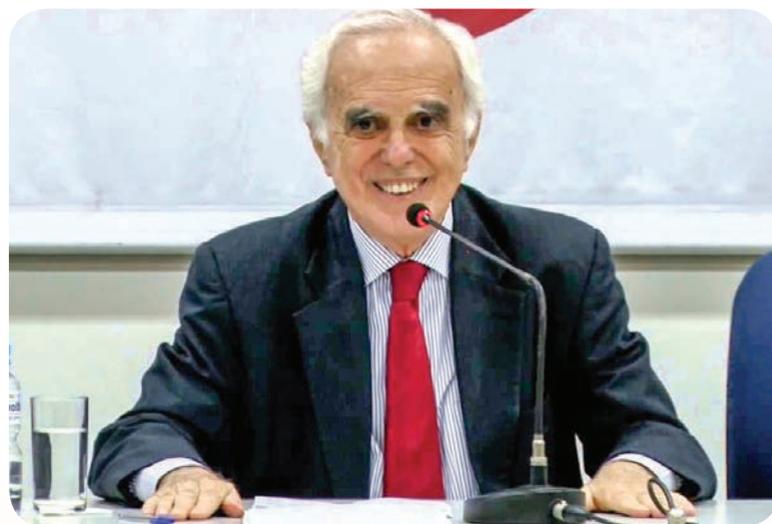
P: Seria correto dizer que houve uma guinada à direita nos governos da América Latina? Esse processo pode ser intensificado com a eleição de Trump?

R: O que nós estamos vivendo hoje é uma reação conservadora aos governos democráticos, progressistas, nacionalistas, com certa autonomia de política externa, que se instalaram em vários países da América do Sul, principalmente – a começar pela Venezuela, mas também no Brasil, Paraguai e Uruguai – e que executaram programas de forma geral muito semelhantes. Programas com grande ênfase na redução da pobreza e da miséria, programas de transferência de renda – no caso do Brasil o programa típico é o Bolsa Família, mas há vários outros; depois, programas e tentativas de reindustrialização, e em certos países, até tentativas de desprivatização, como foram os casos da Argentina, Bolívia e Equador. Então nós temos todo o cone sul, praticamente: no Paraguai com Lugo; no Uruguai com Tabaré Vasquez, depois Mujica; no Brasil com Lu-

la; na Venezuela com Hugo Chávez; no Equador com Rafael Correa. Estavam fora dessa situação apenas o Peru e a Colômbia.

Desde o início, os EUA iniciaram uma campanha política e midiática para colaborar com certos grupos internos, seus tradicionais aliados, para recuperar o poder. Fizeram isso na Venezuela da forma mais ostensiva, mas também no Brasil, Argentina e Paraguai. Recuperaram o poder no Paraguai através de um golpe montado de última hora; tentaram o mesmo na Bolívia, sem sucesso, tentaram com Rafael Correa, e no Brasil montaram uma operação que se inicia em 2003, com a vitória do Lula, para recuperar o poder. Passa pelo mensalão, um processo sem nenhuma base jurídica, em que as pessoas são condenadas por uma nova teoria do domínio do fato, que é uma teoria absurda; o próprio autor da teoria veio ao Brasil e disse que não se aplicava no caso.

Aliás, é interessante notar que quem deu as sentenças de condenação foi a Rosa Weber, e o assessor que redigiu a sentença foi o



Sérgio Moro. Desde lá ele já estava se preparando.

Na medida em que foram desenvolvidos esses programas, a popularidade do presidente Lula foi aumentando. Foi criado então o Instituto Millenium, para articular a mídia. Lula terminou o mandato com 87% de aprovação e entra Dilma Rousseff, e eles continuam a mesma campanha, com a Operação Lava Jato. Eles estavam certos de que ganhariam a eleição de 2014. Perderam por muito pouco e ficaram em um estado

de exasperação. E aí voltaram com toda a força. É uma conspiração que resultou no impeachment da Presidenta e na imediata ascensão do vice com um programa que é a demolição de tudo o que foi feito no governo Lula, principalmente.

P: Trata-se de uma onda passageira ou de uma tendência duradoura?

R: É muito importante a resistência. E mesmo que aparentemente eles tenham ganhado, como acontece aqui no Brasil,

seus programas são tão contra o país e o povo que eventualmente o povo se manifesta e os derrota. Claro que é preciso uma mobilização e organização popular, esclarecimento, debate, daí a pressa deles de implantar esse programa, que é mais reacionário do que o Consenso de Washington. É impressionante!

P: Quais as consequências desse projeto conservador para o Mercosul e a integração da América Latina?

R: O Mercosul na verdade é formado por dois países, o Brasil e a Argentina. Tanto Paraguai quanto Uruguai são economias menores. Sem nenhum demérito, mas é um dado objetivo: 95% do comércio do Mercosul é entre Brasil e Argentina. O comércio Brasil-Argentina é, em grande medida, de multinacionais, que não querem saber de terminar com o Mercosul, porque seria acabar com a tarifa externa comum. As multinacionais são contra o fim do Mercosul. Se a empresa multinacional está dentro do Brasil ou da Argentina, ela se beneficia dessa proteção contra empresas concorrentes de fora.

Quanto ao resto da América do Sul, você tem os países que já se alinharam com os EUA: o Chile, o Peru e a Colômbia.

P: Trump é aparentemente contra esses acordos...

R: Contra os grandes acordos. Quanto aos acordos dos EUA com Peru, Chile e Colômbia, eu não sei se ele manifestou a respeito. Eu não vi, pelo menos. Ele se manifestou contra o Acordo Transpacífico e o Transatlântico. Mas isso é muito complexo de se colocar em prática. Eu tenho a impressão que, à medida que for necessário tomar as medidas, talvez haja uma maior

reflexão. Não que eu tenha a menor ilusão quanto à cooperação dos Estados Unidos com a América Latina; isso é uma bobagem. Na minha modesta opinião, nunca ocorreu e não vai ocorrer. Os EUA têm interesses – como eles dizem, *the United States' businesses*. São os interesses de suas empresas, e no caso dos EUA, são todas empresas privadas. Então não acredito que haja modificação.

Chile, Peru e Colômbia já têm uma política de comércio exterior totalmente liberalizada. Eles acabaram com as tarifas. Mesmo que o Trump revogue os acordos com Chile, Peru e Colômbia, eles têm acordos com outros países. O Chile tem 52 acordos de livre comércio com outros países, se eu não me engano. A tarifa é zero em praticamente tudo. Então esses países não podem ter nenhum acordo de integração.

A integração é um instrumento de desenvolvimento econômico e social, não um fim em si mesmo. O desenvolvimento se obtém através da industrialização, não através da agricultura ou dos serviços; foi a indústria que tornou os grandes países desenvolvidos. O Japão, a Alemanha, os EUA, a França são industrializados. Todos os países ocidentais que não têm indústria significativa, como Espanha ou Portugal, não são considerados altamente desenvolvidos. Eles não têm indústria e são praticamente regiões de turismo.

Como você se industrializa? Você substitui o que você importava, produzindo internamente. Você adquire conhecimento tecnológico fazendo, não é no livro. Por que você substitui as importações? Porque já existe uma demanda que é suprida por importação. Você produz o que tem demanda. A industrialização tem por objeti-

vo o bem-estar do povo: melhores níveis de vida, saúde e educação. Isso não se obtém com agricultura nem com serviços. Os melhores salários estão na indústria. A agricultura não gera empregos para todo mundo; pelo contrário, conforme a propriedade agrícola vai se concentrando, ela expulsa mão de obra.

P: Com qual cenário que você trabalha para a economia brasileira em 2017?

R: Estamos em uma situação de recessão, em que as empresas não estão investindo. Não investem porque a demanda está caindo, e a demanda cai porque a renda está caindo. A renda está caindo em parte porque o governo adotou políticas recessivas, altíssimas taxas de juros e cortes nos programas sociais e investimentos. Temos uma capacidade ociosa cada vez maior.

Então isso faz cair a arrecadação. A conclusão do governo é fazer mais restrição à demanda e o processo recessivo vai se agravando. O desemprego aumenta extraordinariamente e o governo toma isso como pretexto para uma política de enfraquecimento do Estado e privatização.

P: A alegação é que o desequilíbrio das contas causou a crise.

R: O desequilíbrio das contas foi causado, em grande medida, pelas políticas de redução de gastos públicos, que começam no primeiro mandato de Dilma Rousseff, com o Guido Mantega fazendo um corte. A taxa de investimento estava lá em cima e eles fizeram um corte gigantesco nos gastos públicos. Aí começou o processo recessivo. Com as medidas de desoneração, o governo abriu mão de mais de 500 bilhões de reais, sem nenhuma contrapartida das empresas.

P: Foi por isso que o Brasil entrou em recessão?

R: Foi o equívoco lá em 2011, quando há o corte do Guido Mantega. Depois o Joaquim Levy fez outro corte extraordinário. O Brasil não estava em recessão, pelo contrário. Você pega todos os índices do final do governo Lula e não tinha nenhum índice negativo, o emprego estava elevado. Aí de repente acharam que deviam fazer equilíbrio fiscal.

P: O que levou a Dilma a fazer elevações de juros em 2014?

R: São outras medidas recessivas. Achou que isso aumentaria a confiança dos investidores. **Se eu sou investidor, com essas taxas de juros aumentando – essas nem são as taxas de empréstimos, as de empréstimos são muito mais altas – como é que eu vou investir? Isso é um absurdo total. É ignorância da teoria. Falta leitura, de estudo, não leram Keynes, não leram história, não leram nada.** Nem leram sobre o que está acontecendo em outros países.

P: Qual o futuro da economia do Brasil?

R: Com a aplicação dessa política recessiva, vejo primeiro um aumento da concentração de renda, aumento da capacidade ociosa e não recuperação dos investimentos privados. Mesmo os que vierem de fora muitas vezes vêm comprar o que já existe, não fazer investimento novo. É apenas uma mudança de proprietário, e mudança de proprietário não é investimento. Só resolve a parte da escassez de dólares.

O juro no Japão é zero. Se um indivíduo qualquer toma um empréstimo no Japão e aplica no Brasil, mesmo na taxa Selic, tira um dinheiro. Isso é um absurdo. Mas é

um absurdo do ponto de vista macroeconômico, não do benefício que as pessoas pretendem obter. As pessoas que têm processos contra elas ou receiam as delações querem se livrar disso, como o senador Romero Jucá declarou, que era preciso fazer o impeachment da Dilma para “acabar com essa sangria”, isso é, acabar com os processos. Eles se comprometeram a implantar esse programa neoliberal em troca da sua absolvição nesses processos.

P: O programa de Temer não é ousado demais, mesmo para esse tipo de governo?

R: É excessivamente ousado. Por isso estou dizendo, eles só estão fazendo isso porque preveem um lucro pessoal em relação a esses processos. O compromisso é implantar um programa neoliberal, consolidar esse programa, e em troca serem absolvidos. E isso é muito fácil, basta haver um consenso nas classes hegemônicas. Em uma semana, se a televisão não falar na Lava Jato, ela acaba.

O Moro ganha 77 mil reais por mês. E ele é o paladino da moralidade! Não seria moral ele receber só o teto? Ele recebe o dobro do teto e mais dez mil. Os procuradores praticamente todos recebem acima do teto.

P: O que vem em 2018?

R: Em 2018, o presidente Lula vai ganhar as eleições.

P: Você acha que eles vão deixá-lo concorrer?

R: Farão todo o possível para que ele não concorra, ou para que concorra tão enfraquecido, que perca. Por que a mídia todo dia ataca o Lula? Porque sabe que ele é um candidato forte. Por que não ataca o Tarso Genro ou o Ciro Gomes? Porque não são candidatos viáveis.

A única chance que as forças progressistas, nacionalistas e desenvolvimentistas têm é a candidatura do presidente Lula em 2018. Primeiro porque não há outro candidato. Eles – as classes hegemônicas – têm a mídia e o dinheiro; nós não temos mídia ou dinheiro, mas temos o povo. E o povo é maioria, e, no final, vence.

P: Dentre os projetos do governo – teto de gastos, reforma da previdência etc – qual você considera o mais grave?

R: Eles são um conjunto, um ataque contra todas as vitórias dos trabalhadores através dos tempos.

De um lado, o teto de gastos atinge os programas sociais, e ao mesmo tempo, afeta os projetos de infraestrutura. Eles acreditam que tudo será resolvido pela empresa privada e só pensam na confiança dos investidores.

Eles são um conjunto para garantir a transferência de recursos para o setor financeiro. **Você faz o equilíbrio fiscal das despesas primárias, reduz as transferências, mas preserva e garante os juros, garante que qualquer aumento da receita tributária vá para os juros.** É como se você tivesse uma criança e quisesse que ela vestisse a mesma roupa por

vinte anos. Imagina, dos cinco aos 25. A roupa vai estourar.

A previdência é um escândalo. Temer, Padilha e Geddel se aposentaram com menos de 55 anos. É uma vergonha eles quererem aumentar a idade da previdência. Quando nós sabemos que a previdência é superavitária. O que não é superavitária é a parte da assistência social, que vai para as pessoas que nunca contribuíram. Mas aquilo não é previdência, é outra coisa.

E tem a fraude. Fraude na previdência dá mais de 500 bilhões. E vai para as coisas extraordinárias, como os familiares de juízes e militares. Metade do déficit da previdência é com pensões de militares e descendentes. Querem jogar essa conta nas costas dos trabalhadores.



Donald Trump: um governo sem rumo definido

Bernardo Kocher*

Tanto política quanto economicamente, pelo que se tem divulgado e pela conduta durante a campanha, o futuro do governo de Donald Trump é uma incógnita. Tal dúvida não ocorre tanto pelo desconhecimento de sua origem social e visão de mundo – que modelam fulcralmente a conduta de qualquer ator social –, mas pelo histórico de seus vínculos políticos institucionais cambiantes (filiando-se ora ao Partido Democrata ora ao Partido Republicano) e vida empresarial e pessoal atribuladas. Daí é que podemos tê-lo como um governante sem uma predefinição clara de sua atuação futura, por mais que seja difícil traçar um quadro para qualquer novo governante eleito.

Toda a trama que envolve esta indefinição está no fato de que, em primeiro lugar, Trump rompeu barreiras sólidas estabelecidas ao impor-se como candidato à oligarquia dominante do Partido Republicano. Ele não pode ser caracterizado facilmente: não é membro do *Tea Party* nem da elite conservadora ideológica tradicional, tampouco agregou alguma ideia essencialmente nova ao debate político. Não é, portanto, uma renovação. Ao impor-se pelo resultado das urnas, nas primárias, provocou receio de dirigentes partidários e seus eleitores de que um líder excessivamente histriônico, com uma conduta social questionada por amplos segmentos da população e sem afinamento total com

o discurso e/ou agenda conservadora levasse a legenda a uma derrota humilhante para os democratas. Um mês antes do pleito, num momento em que as pesquisas eleitorais davam a Hillary Clinton clara vantagem, a cúpula republicana elaborou proposta para retirada da candidatura. Ao obter sucesso na disputa, em segundo lugar, Trump trouxe a necessidade de convivência com uma liderança que não foi construída em bases de tradições políticas recentes, colocando no cargo de presidente da República do maior país do mundo um *outsider*, alguém que não havia passado por uma eleição prévia. Sua ascensão ao poder representa, ainda, a vitória de um empresário cujo principal mote de retórica eleitoral foi justamente uma desejada despolitização da política e de “racionalização” do Estado, atendendo aos desígnios do mercado como um complemento às atividades empresariais. Tal tendência, consagrada na escola da “*public choice*”, incrustou-se há décadas do ideário de largas parcelas de opinião pública, empresários, mídia, academia e tecnocratas, desencantados com a corrupção, o desemprego, a degradação dos serviços públicos, a crise fiscal, insucessos em guerras externas (Afeganistão e Iraque), a perda do papel dos EUA no mundo pós-Guerra Fria, a violência urbana etc.

Além de toda expectativa que é criada pela eleição mais importante do país, o pleito de 2016 traz como marca para o período

anterior à posse a avaliação das futuras ações e desdobramentos, a partir da extravagância com que o então candidato vitorioso arrolou suas propostas durante o embate eleitoral com a sua opositora democrata. Mesmo tendo-se em conta algum exagero típico de uma disputa deste porte, levando-se em conta que em boa parte da campanha as pesquisas o colocavam em posição inferior, Trump elencou um sem-número de orientações, não se importando com a precisão das informações, mas com os efeitos práticos sobre a percepção dos eleitores prestes a comparecerem às urnas.

Um dos argumentos socialmente mais duros, neste sentido, foi o da extensão da construção de um muro de contenção da fronteira com o México, criando uma barreira física total entre os dois países. Arrogante, Trump afirmou que os custos seriam repassados ao governo mexicano (sic). É surpreendente a desconsideração que o candidato Trump teve pela real situação da migração mexicana para o país – que já tem apresentado índices de maior fluxo de retorno para o México do que saída para os EUA –, além do fato de a política de deportações praticada pela atual administração norte-americana já ser tão rígida que até poderia ser praticada por um presidente republicano, e não por um democrata (ainda mais afrodescendente). Tal orientação criou insegurança em largas parcelas da população hispânica, dentre outras de imigrantes, que dependem de mecanismos extra-



legais para sobreviverem e desconsiderou tanto os empresários quanto a economia norte-americana como um todo, que se beneficia de trabalho dos imigrantes indocumentados e não arca com os custos dos benefícios sociais.

De toda forma, estas propostas não devem ser vistas como tentativas de construção de ações coerentes ou mesmo de disposição para serem aplicadas no período presidencial, mas a marca de toda uma visão xenófoba que permeia a postura de Trump e da equipe de governo que está sendo montada. Esta é, certamente, a única demarcação ideológica sólida detectável como elemento central de seu pensamento que pode ser tomada como norteadora de ações que serão implementadas a partir de janeiro de 2017.

Exatamente a partir deste ponto é que poderemos antever alguma forma de ação do futuro governo norte-americano, tanto no âmbito interno quanto no internacional. Se a repulsa ao que não é o sonho americano impulsionou a vitoriosa campanha, alcançando o eleitor branco empobrecido de alguns estados vitais na composição do colégio eleitoral, quais categorias sociais poderiam fornecer o arcabouço conceitual que poderia indicar o futuro do Estado americano? Em um primeiro momento, o isolacionismo é o fio condutor da análise. Sendo esta uma posição sedimentada historicamente na sociedade americana, o sentido de construção de uma América solitária – indiferente ao destino do resto do sistema internacional – foi claramente indicado na campanha eleitoral como um meio de sanar os problemas da economia e, por consequência, da geração de empregos. Lembremos aqui, para realçar a dificul-

dade na construção desta orientação, que até os atentados de 11 de setembro de 2001 o isolacionismo foi dominante para a política externa do presidente George W. Bush. Após esta data, em nome da segurança interna, a política externa norte-americana teve que ser modificada, indo em direção à intervenção (Doutrina Bush de Guerra Preventiva) e cooperação com aliados (principalmente europeus) para dar conta de uma nova agenda global, e sem que a anterior tivesse tido tempo para

atuação do novo presidente norte-americano: o cancelamento da orientação da globalização como linha de força maior da arquitetura da política mundial externa dos EUA. Tal tema foi vigorosamente alimentado pela retórica da campanha e se transformará, em nosso entendimento, no nó górdio da realidade que o presidente eleito tentará construir. Se a desconstrução do seu conteúdo e instituições, ideários e práticas daí derivadas é a meta, não deixa de ser curioso que foram os

cano atípico e *outsider* irá constituir, seria o retorno a um mundo composto por rígidos Estados Nacionais westphalianos perfeitamente constituídos, sem a cessão de soberania para quaisquer instâncias externas, o que representaria uma virada significativa. O problema que se colocará, então, caso seja realmente esta a opção adotada, será de duas ordens: a) como fazer a economia mundial funcionar nesta chave, tomando-se em conta que ela é um produto direto da intervenção americana através da sua moeda, das suas armas e da sua cultura; e, b) qual o papel dos EUA nesta nova conformação, utilizar a força exclusivamente para sua defesa ou apenas se ausentar, renunciando a qualquer projeto hegemônico?

Enfim, da intenção à construção de um novo mundo, o caminho não está claro porque, antes de mais nada, o pragmatismo será, certamente, a forma concreta de implementação de um novo e diferenciado governo americano. Os primeiros nomes do ministério já estão sendo indicados, demonstrando a vontade do novo presidente em replicar em todo o poder executivo um perfil apolítico. Mas não podemos esperar que Donald Trump faça um governo nacionalista ou liberal na economia, hegemônico ou imperial na política externa, regressivo ou com preocupações sociais. Tais perspectivas não se manifestarão de forma pura, pois antes de mais nada o novo presidente possui um imenso arsenal de poder material e simbólico para dar aos EUA meios de agir como sempre agiram: sendo os EUA.



ser sedimentada.

O nacionalismo – o econômico, principalmente – é a segunda categoria a ser elencada como uma das que farão parte da visão política do novo presidente. Sendo uma das consequências naturais da categoria anterior, constata-se que, com tantos compromissos assumidos mundialmente, a adoção de orientações protecionistas pelos EUA parece uma contradição incontornável e totalmente impraticável no seu todo. Chegamos, então, ao terceiro ponto central da eventual

próprios EUA que, em meio à sua “crise de hegemonia” em meados dos anos setenta, quem promoveram o ideário que iria se consagrar no início da década seguinte e explodir como consenso – ainda durante a Guerra Fria – no texto *The Globalization of Markets*, de Theodore Levitt, escrito em 1983. A “desglobalização” como proposta desejada encontra, assim, uma cultura de três décadas de larga difusão de sua rival em atores, ideias e instituições.

Pressupondo que algo de novo este novo presidente republi-

* É professor de História Contemporânea da UFF.

E agora, Democracia?

*Na política não há surpresa,
há surpreendidos.*

Omar Torrijos

Considerando o avanço da Direita no Rio, no Brasil e no mundo;
Considerando a chegada ao poder de figuras não tradicionais do jogo político;
Considerando os sinais de encerramento do ciclo hegemônico do neoliberalismo;
Considerando que “tiro, porrada e bomba” viraram rotina nos parlamentos.
Considerando a crise institucional intensa!

E, por outro lado, considerando o fortalecimento de movimentos de ocupação.

Afinal, ainda existe Democracia? Já existiu? Vai existir?

Para nos ajudar a refletir, convidamos a Estudante do Colégio Pedro II campus Centro (ocupado), Helena Trindade; o Professor de Filosofia Luiz Carlos de Oliveira e Silva; o Economista e Apresentador do Programa Faixa Livre Paulo Passarinho; e a Historiadora Rejane Hoeveler, da Nova Organização Socialista. O debate foi realizado no Auditório do Corecon-RJ, no dia 8 de dezembro de 2016.

A seguir, o resumo da fala de cada debatedor, juntamente com os principais pontos da discussão.

Professor de Filosofia Luiz Carlos de Oliveira e Silva

O processo de impeachment, em um primeiro momento, tratava-se de uma chantagem para que o governo PT adotasse a agenda neoliberal. A prova de que o PT se submeteu a essa agenda foi a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, que aplicou uma política de austeridade fiscal. Em um segundo momento, a situação mudaria a partir das ações de Eduardo Cunha. Como o PT não foi capaz de impedir um parecer favorável à sua cassação no Conselho de Ética, por retaliação ao governo, Cunha deu prosseguimento à tramitação do processo de impeachment, uma vez que ele tinha domínio sobre a maioria da Câmara dos Deputados. Contudo, foi a sinalização de garantia de um aprofundamento da agenda neoliberal de modo acelerado, caso a condução fosse concedida a Michel Temer, o fato decisivo para a plutocracia embarcar no processo de impeachment.

Cabe lembrar que os governos petistas em nenhum momento romperam com a agenda neoliberal. Houve, na verdade, um congelamento do aprofundamento neoliberal, ao mesmo tempo em



que foram realizadas políticas compensatórias em favor da população mais pobre. A partir do segundo governo Dilma, a pressão pelas reformas chegou ao seu limite: o PT não estava sendo capaz de realizar o projeto neoliberal no ritmo desejado pelo capital e o processo de impeachment foi a saída encontrada pela plutocracia. É fato que no atual momento há uma enorme coesão em torno da agenda neoliberal, tanto no aspecto político e econô-

mico quanto no ideológico.

Para o professor, a conjuntura pós-impeachment pode ser analisada através do embate político do segundo turno das eleições no Rio de Janeiro, que se caracterizou por três presenças e uma ausência: as presenças de Crivella, Rede Globo e Freixo e ausência do consórcio representado por PT, PMDB e PSDB. Nesse embate, Crivella representaria a pré-modernidade e Freixo a pós-modernidade, ficando

do de fora o consórcio que governou o país nos últimos vinte anos e que foi a ápice da modernidade.

Assim, o impeachment rompeu com a modernidade, representada pelo consórcio PT, PMDB e PSDB. O conceito está sendo empregado aqui no sentido dado por Max Weber, ou seja, aquilo que é estável, racional e envolve uma grande narrativa.

Crivella representa a pré-modernidade, já que seu discurso ten-

tar colonizar a política pela ótica da moral. Assim, Crivella está no mesmo campo que Bolsonaro, Moro e Trump. Esse discurso ganha cada vez mais força em função da degradação da política. Por outro lado, Freixo representa a pós-modernidade, caracterizada por uma fragmentação de lutas e pela perda de tema central e prioritário, que já foi o mundo do trabalho.

Luiz Carlos finalizou sua fala identificando dois grandes erros da esquerda, questões a serem solucionadas. Primeiramente, é necessário aceitar o rompimento da modernidade e junto a isso a perda da centralidade do trabalho, com enfraquecimento dos sindicatos e outras organizações de trabalhadores tradicionais. Porém, cabe à esquerda de alguma forma aglutinar todas as diferentes lutas e criar um projeto de nação alternativo ao neoliberalismo, que atualmente é hegemônico.

Historiadora Rejane Hoveveler

A segunda convidada expôs as fraturas dos três poderes no Brasil no momento, apontando para a crise da hegemonia do último consórcio dominante no Brasil (PMDB-PT-PSDB), para a acelerada implementação da agenda neoliberal pelo governo e para a probabilidade do surgimento de mais *outsiders* no cenário político, a exemplo de Trump, Crivella e Moro.

O uso dos poderes Legislativo e Judiciário como instrumentos de poder para aplicação das contrarreformas, como a emenda constitucional do Teto de Gastos, e a aprovação de ações repressoras como privação de sono contra ocupações políticas, também não poderiam deixar de ser comentadas.

Para a expositora, o Estado do Rio é uma espécie de microcosmo de tudo que está acontecen-

do no Brasil. Podemos ver nele e no RS dois pequenos experimentos do chamado “austericídio”. O grau de truculência utilizado em pleno centro do Rio, em 6 de dezembro, no qual por mais de cinco horas a Polícia Militar atirou com balas de borracha e bombas nos manifestantes contrários ao pacote de Pezão (PMDB), não ocorria desde pelo menos o junho paulista de 2013 ou o episódio de abril de 2015 em Curitiba, na votação da privatização da previdência dos professores paranaenses. Na esfera federal, a despeito de toda a crise política, da prisão generalizada de políticos e dos protestos massivos, o Legislativo avançou na aprovação parlamentar de medidas que na prática já estão acontecendo. Elas atingem, sobretudo, a classe trabalhadora mais pauperizada, que necessita políticas sociais e serviços públicos gratuitos e de qualidade, e Previdência pública.

A crise institucional entre Judiciário e Legislativo se agravou nas últimas semanas em torno da votação, na Câmara, das “10 medidas contra a corrupção”, um pacote que representa um avanço do autoritarismo judicial numa escala gigantesca. O limite desse conflito interinstitucional ficou claro quando Renan Calheiros se manteve na presidência do Senado apesar da ordem de afastamento feita pelo STF: a prioridade foi aprovar o Teto de Gastos e aprovar o pacote de contrarreformas, a começar pela reforma da Previdência. O Judiciário, a despeito da crise interinstitucional, tem sido uma peça-chave na consolidação dos ataques aos direitos sociais, além de ter se tornado um ator político perigosamente relevante. A escalada da repressão para aprovar o austericídio na velocidade com que a tecnocracia neoliberal deseja, aliada à ascensão do Judiciário, nos leva a perguntar se



haverá uma mudança mais profunda no regime político no Brasil.

Uma operação midiática praticamente de guerra tem retratado, tal como em junho de 2013, os movimentos sociais como movimentos de “vândalos”, e os “manifestantes” de verde e amarelo, em ode ao juiz Sérgio Moro, com ou sem alusão a “intervenção militar”, como “cidadãos de bem”. As eleições de 2016, e aqui podemos falar tanto do Brasil, quanto dos Estados Unidos e de alguns países europeus, mostraram uma rejeição generalizada à classe política e a ascensão de uma direita neoliberal pseudo-*outsider*, com diferentes tons de conservadorismo. Não custa lembrar que a Operação Mãos Limpas, na Itália, acabou abrindo o espaço político para a ascensão de Silvio Berlusconi,

o dono da mídia italiana.

As mobilizações “anticorrupção”, dirigidas por movimentos orientados pela direita, nesse cenário, disputam a agenda das ruas: combater a corrupção ou a retirada de direitos? Se é verdade que nem toda política é democrática, parece cada vez mais claro que a antipolítica é necessariamente antidemocrática.

Economista Paulo Passarinho

Em sua fala, Paulo Passarinho norteou-se pelo tema do debate: “E agora, Democracia?”. O risco à democracia formal que nos rege desde 1985 aumentou em decorrência dos sinais flagrantes de falta de representatividade política e ameaças constantes aos nossos direitos e às conquistas po-

pulares, relevantes à cidadania. A partir disso, considerou a crise econômica como o pano de fundo que alimenta a crise política, sendo esta intensificada pelas operações anticorrupção que revelam as promíscuas relações entre o mundo dos negócios, especialmente as grandes empresas, e suas articulações com o mundo da política e o governo. Ele enxerga a maior atuação do Ministério Público e da Polícia Federal como um ponto positivo dos últimos anos. Segundo ele, é importante destampar essas relações impróprias que existem no Brasil, que acontecem em função da hegemonia do capital entre o mundo dos negócios e o mundo da política.

A crise econômica evidencia os limites do modelo de capitalismo que existe no país desde os anos 1990, e a crise política é reflexo desta. O economista considera que esse deve ser o principal objetivo a ser atacado: desfazer o arranjo neoliberal ou liberal periférico. Esse modelo não responde às necessidades da população, que é complexa, urbana, populosa e heterogênea. Existem problemas insolúveis na nossa sociedade.

A crise econômica é decorrente da essência do modelo em curso. Vulnerabilizamos-nos pela liberalização financeira e a livre conversibilidade do Real, além da aposta no capital estrangeiro como forma de impulsionar o crescimento econômico, que nos expõe de forma muito grave às oscilações do mercado internacional. O lulismo apostou, a partir de 2003, em uma política que procurou conciliar os interesses hegemônicos deste modelo — bancos e multinacionais — com uma

maior atenção e prioridade a iniciativas voltadas ao interesse dos mais pobres. Podemos afirmar que essa política de conciliação de interesses foi exitosa. Porém, sua limitação evidenciou-se frente às consequências da prolongada crise internacional iniciada em 2007/2008.

O 1º mandato de Dilma coincide com o agravamento das condições externas e a impossibilidade de continuidade do chamado “neodesenvolvimentismo” do 2º governo Lula. Este é uma contradição em termos. Afinal, desenvolvimentismo, na literatura econômica, deve ser traduzido pelo trinômio “industrialização, fortalecimento de empresas nacionais, papel indutor do Estado”. Algo, portanto, absolutamente distinto do que temos experimentado desde os anos 1990 e que se confunde com regressão industrial, fragilização das empresas nacionais e enfraquecimento do Estado como indutor e protagonista do desenvolvimento econômico.

As dificuldades mencionadas tiveram origem política. Dado o pacto estabelecido desde 2002 entre os novos governantes e o sistema financeiro nacional e internacional, Dilma recua de um papel mais incisivo do Estado como indutor do desenvolvimento, passando a apostar nas políticas de concessão — através das PPPs — para a sustentação da taxa de investimento, política que fracassou.

Ao longo de 2014, dois fatores passam a influenciar sobremaneira as decisões do governo Dilma: as eleições presidenciais e as revelações iniciais da Operação Lava-Jato. Logo após as eleições, a presidente comanda uma grave mudança na condução política da

área econômica, entregando-a diretamente a uma orientação de natureza ortodoxa e nos levando a uma forte recessão, que perdura até os dias de hoje. Colocam-se em xeque os rumos que a política irá trilhar até as eleições em 2018, e inclusive a própria ocorrência da mesma.

Estudante Helena Trindade

Em sua fala, a estudante e integrante da ocupação do Colégio Pedro II, no Rio, contou como funciona o movimento. Além de serem contra o Teto de Gastos, os estudantes do movimento são contra a “escola sem partido” e contra a reforma do ensino médio. Eles têm pauta, são organizados democraticamente e todas as decisões tomadas são tiradas em assembleia, com o intuito de debater a escola que desejam. Todas as decisões e a própria vida, autogerida, são coletivas dentro da ocupação. Diferentemente do que muitas pessoas pensam, eles cuidam da escola, não estão lá para usarem drogas ou fazerem sexo e consideram que o ambiente da ocupação é de um grande aprendizado político.

O movimento está durando e, com o tempo, até mesmo estudantes que só estavam interessados em estudar para o vestibular estão se interessando pelas questões levantadas pela ocupação. Os alunos procuram a ocupação para entenderem as pautas e participar de diversas discussões que não eram presentes na escola anteriormente.

Em outro momento, Helena criticou a questão da repressão ao movimento de ocupação, uma vez que este é legítimo, citando o pedido de reintegração de posse expedido pelo

Procurador Fábio Aragão. Além disso, Helena explicou que professores e alunos ainda sofrem perseguição por apoiarem a ocupação.

A ocupação é como uma pequena utopia do que seria a sociedade se ela fosse perfeita. Helena ainda cita o fato de ter uma irmã de quatro anos e não saber se quando chegar à idade haverá educação pública de qualidade se a luta dos estudantes cessar. É importante ressaltar que a luta não se esgota na ocupação, mas expande seus horizontes na busca por uma sociedade cada vez mais democrática.

Considerações Finais

Em 2013 havíamos realizado um debate com o título “A Democracia em risco”, em que apontamos o perigo que existia com a degradação da política. Já existia naquele período uma desqualificação da política como meio para resolver os conflitos existentes na sociedade, com aspecto claramente antidemocrático.

No presente, realizamos o debate “E agora, Democracia?” para discutirmos a atual conjuntura, em que uma ruptura do regime democrático parece cada vez mais próxima. Como apontaram os nossos debatedores, existe um fortalecimento do discurso que busca a criminalização da política, ao tentar enxergá-la apenas através da esfera da moral, com uma crítica à corrupção que desconsidera as relações de troca de favores entre o capital e o Estado inerentes ao sistema capitalista. Além disso, há um aumento do autoritarismo judicial e do recrudescimento da repressão, que apontam para a consolidação de um regime cada vez menos democrático.

Após 100% de aprovação em 2016, curso preparatório da Anpec inicia nova turma em 17 de janeiro



Alunos do curso do Corecon-RJ em 2016

O curso “Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec 2017” será realizado na sede do Corecon-RJ de 17 de janeiro a 19 de setembro, com aulas de segunda a sexta, das 18h30 às 21h30, e alguns sábados, das 9h às 12h30, compondo uma carga horária de 521 horas.

Na edição de 2016 do curso, todos os alunos da turma que fizeram as provas da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) passaram para algum centro de ensino. Os aprovados foram: Bernardo Bahia Cesário, UFPR; Camila Pereira da Paixão, UFES (com bolsa), UERJ, UFU e PUC-SP; Diego Gonçalves Favorato, UFES (com bolsa), UFU e UFV; Gerlane Gonçalves de Andrade, UERJ (bolsa), UFES, UFF, UFV e UFJF; Isabel de Almeida Alt, UFF, Unicamp, UFV e UFU; José Henrique da Silva Ribeiro Jr., UFES (com bolsa) e UFJF; Larissa Brito de Oliveira, UFES; Miguel Calixto da Silva Tobias, UFES, UFV e UFJF; Rafael Pentagna Silvestre, FGV

(mestrado profissional); Roberto Nogueira Marques, UERJ; Rodrigo do Couto Fonseca, UFRJ, UERJ e UFF; e Vinicius Maatriyk de Oliveira, UFV (com bolsa), UFF e UFJF.

O objetivo do curso é atualizar os conhecimentos de economistas e outros profissionais que almejam ingressar nos cursos de Mestrado em Economia oferecidos pelos centros acadêmicos que compõem a Anpec. Desde os anos 90, o Corecon-RJ apoia os que buscam aprovação. O curso é o que oferece a maior carga horária presencial no Brasil e é considerado o mais completo do país. Todos os professores são experientes e têm mestrado; dois são doutores e um é pós-doutor.

As aulas acontecem na sede do Corecon, na Avenida Rio Branco, nº 109, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro. As informações sobre matrícula, preços, condições de pagamento, programa completo e bibliografia podem ser obtidas em www.corecon-rj.org.br/agendados ou por meio dos telefones 21-2103-0118 e 2103-0119.

Conteúdos e professores

Economia Brasileira

Professor Gilberto dos Santos Carvalho

1. A Economia Brasileira de Fins do Século XIX até a Crise de 1929.
2. A Industrialização Brasileira no Período 1930-1945.
3. O pós-guerra e a Nova Fase de Industrialização: O Plano de Metas.
4. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas anti-inflacionárias. Política salarial.
5. A Retomada do Crescimento 1968-1973: A desaceleração e o segundo PND.
6. A crise dos anos oitenta. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste.
7. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. O debate sobre a natureza da inflação no Brasil.
8. Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos.
9. O Papel do Estado.
10. Tópicos Adicionais.

Microeconomia

Professor Jorge Cláudio Cavalcante de Oliveira Lima

- I. Demanda do Consumidor
- II. Oferta do Produtor
- III. Mercados
- IV. Equilíbrio Geral e Teoria do Bem-estar
- V. Economia da Informação
- VI. Teoria dos Jogos

Macroeconomia

Professores Victor Pina Dias e Thiago de Moraes Moreira

1. Contabilidade Nacional
2. Monetária e Fiscal
3. Modelo IS x LM x BP
4. Oferta e Demanda agregadas e Curva de Phillips
5. Crescimento
6. Economia Aberta
7. Investimento e Consumo

Estatística

Professores Jorge Luís Cerqueira e Felipe de Oliveira

1. Números-índices
2. Probabilidade
3. Principais distribuições
4. Principais teoremas de probabilidade
5. Inferência estatística
6. Análise de Regressão
7. Introdução a séries de tempo, modelos autorregressivos, de média, móveis e mistos.

Matemática

Professores André Gaglianone, Gilberto Gil e Jorge Luís Cerqueira

1. Noção de Conjunto
2. Noções de Geometria Analítica
3. Funções
4. Álgebra Linear
5. Funções de uma variável real
6. Integrais
7. Sequências e séries
8. Matemática financeira
9. Funções de várias variáveis reais
10. Equações diferenciais e em diferenças

Atualize seu cadastro no Corecon-RJ

Manter o cadastro atualizado é fundamental para que o Conselho possa se comunicar com você. Solicitamos que você nos informe sobre qualquer mudança nos seus dados cadastrais, tais como: e-mail, endereço residencial ou comercial, telefones fixo ou celular etc. Você pode utilizar os seguintes canais:

- 1) Site do Corecon-RJ, www.corecon-rj.org.br, seção “atualização cadastral” (na barra superior)
- 2) Telefones: 21-2103-0113; 2103-0114; 2103-0115; 2103-0116; 2103-0131.
- 3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.